

# 20 anos do vestibular que valoriza a ca

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

**N**o dia 7 de dezembro de 1987 a estudante de cursinho Andréa Camargo Casquero, então com 18 anos, acordou antes que o despertador tocasse. Eram precisamente seis e dez da manhã. A noite fora longa e o sono não passara de um transe errático. Engoliu o café sem sentir o gosto, olhou-se uma última vez no espelho e saiu de sua casa, em Mogi Mirim, para enfrentar um desafio desconhecido: o vestibular sem cruzinhas da Unicamp.

**Modelo que acabou com as cruzinhas foi um divisor de águas**

“Ninguém imaginava o que seria um vestibular feito inteiramente com questões dissertativas”, recorda Andréa, que foi aprovada no curso de Educação Física e depois prosseguiu na pós, tendo concluído em 2005 o doutorado em Biologia Funcional e Molecular, na área de Fisiologia. “Além disso, ainda tinha a tal prova de redação”. A expectativa que fez Andrea pular mais cedo da cama também tomou conta dos outros 13.259 candidatos que disputaram as 1.380 vagas oferecidas. “Estávamos todos diante de uma coisa completamente nova”.

Era exatamente essa a idéia. Ao realizar o seu primeiro vestibular desvinculado da Fuvest, a Unicamp não estava apenas abandonando o convencional sistema de testes de cruzinhas. O que estava em jogo era o surgimento de um novo paradigma, no qual a capacidade de raciocínio e expressão eram mais importantes que a simples memorização. Passados quase vinte anos, o novo modelo confirmou-se como um divisor de águas no sistema de seleção de alunos para as universidades, com impacto direto tanto nas outras instituições de ensino superior quanto nos currículos do ensino médio.

Se do lado dos candidatos a ansiedade era grande, entre os idealizadores do novo modelo a expectativa não era menor. “Ninguém dormiu direito naquela madrugada”, conta, bem humorado, o professor Jocimar Archangelo, primeiro coordenador da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest), instituída oficialmente em 1986, na gestão do ex-reitor Paulo Renato Costa Souza. “Depois das provas respiramos aliviados”.

Jocimar fora “importado” de São Paulo especialmente para coordenar a Comvest. No início de 1986, ainda como diretor do cursinho Equipe, ele publicou na página final de *Véja*, a convite da revista, um artigo defendendo mudanças no sistema de vestibulares. Formado em filosofia pela Universidade Estadual de São Paulo (USP), ele criticava a ausência de interação entre universidades e escolas de segundo grau e pregava, entre outras coisas, o fim das famigeradas cruzinhas. Após ler o artigo, Paulo Renato decidiu: “Vamos trazer o Jocimar”.

Quando Jocimar chegou, em maio de 1986, as discussões internas já haviam sido iniciadas pelo filósofo e educador Rubem Alves, assessor especial para assuntos de ensino na gestão do reitor anterior, José Aristodemo Pinotti. Seu principal argumento para a criação de um modelo próprio era que os vestibulares convencionais tendiam a discriminar as classes de menor poder aquisitivo, tornando o seu acesso ao estudo universitário mais difícil. Havia, portanto, um descontentamento interno com o sistema anterior, mas ainda não se havia chegado ao um consenso quanto ao modelo capaz de substituí-lo e quais os instrumentos para viabilizar a mudança.

Ao assumir a tarefa, uma das primeiras providências de Jocimar foi cercar-se de pessoas experimen-

das capazes de colaborar na construção do novo modelo. Os professores Marco Antonio Scarparo e Claudio Lucchesi, ambos com larga experiência no vestibular da Fuvest, desempenhariam importante papel nesse contexto. Com a equipe formada, o trabalho prosperou. Primeiro, definiu-se o perfil do aluno pretendido: alguém com raciocínio claro e capacidade de expressão. A partir daí, chegou-se ao modelo das provas: questões dissertativas nas duas fases, incluindo redação na primeira etapa.

Após a realização do primeiro vestibular com a marca Unicamp, Jocimar enviou dez mil correspondências aos segmentos ligados à educação em todo o país. Quería conhecer as opiniões sobre o trabalho realizado. Das mais variadas e desconhecidas localidades chegaram respostas, em sua maioria apoiando a iniciativa. O corpo docente da Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Dona Geny Gomes”, da cidade paulista de São Sebastião da Gramma, por exemplo, fez a seguinte apreciação: “Questões bem elaboradas, expostas com clareza e objetividade, exigindo do candidato o exercício da capacidade de expressão e interpretação”.

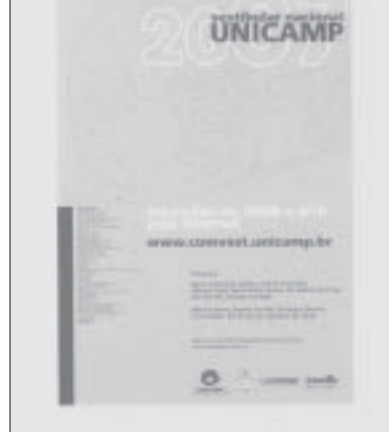
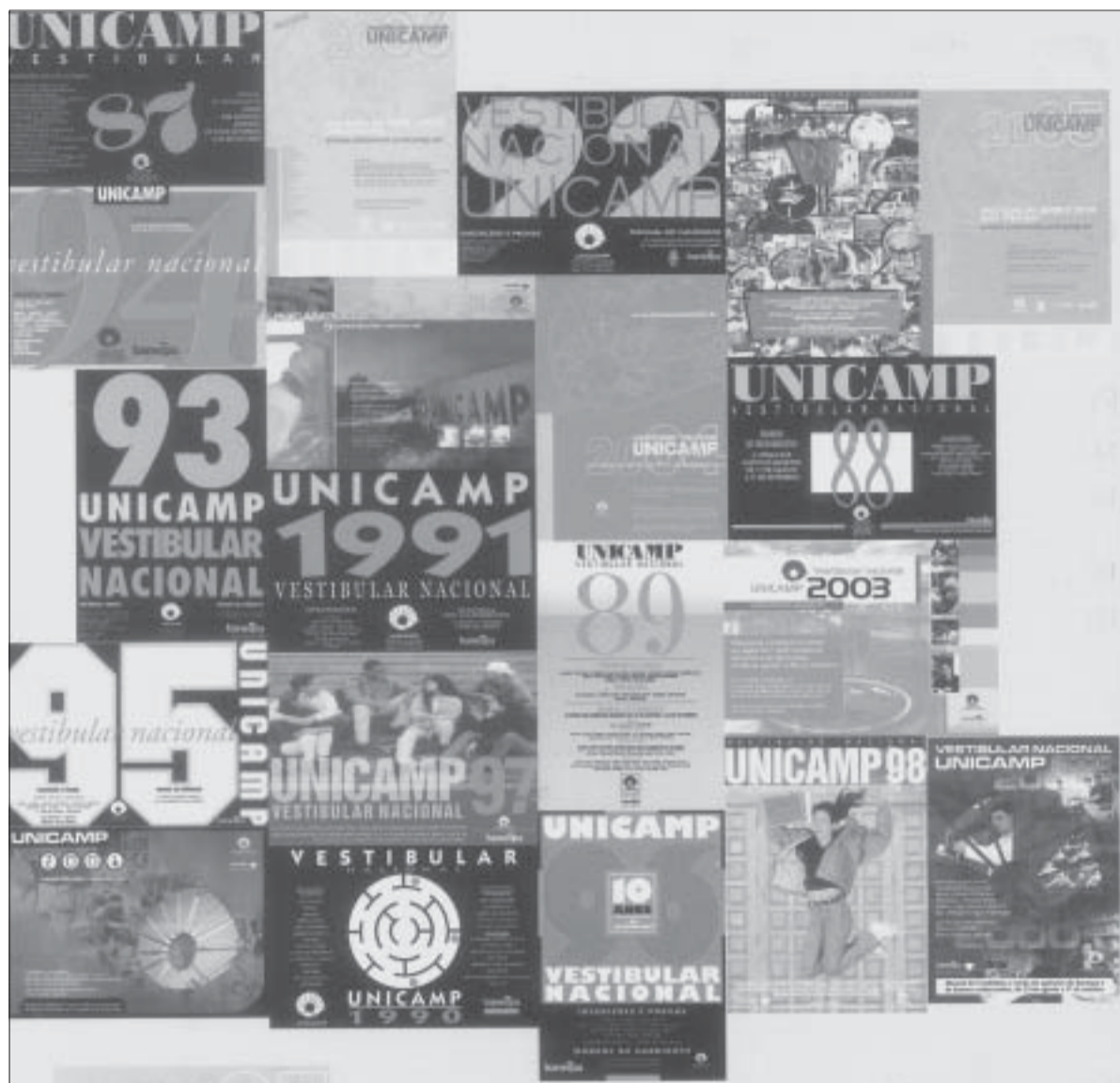
Por outro lado, alguns professores do ensino médio criticaram a nova configuração, que certamente traria impactos na metodologia de ensino das escolas. Habitadas a ensinar nos moldes da memorização, elas agora teriam de estimular o raciocínio e a organização de idéias. O principal alegação, naquele momento, era que a mudança de filosofia reduziria as chances de aprovação dos candidatos vindos da rede pública.

Jocimar ouvia as opiniões e contra-argumentava. O fato de as provas exigirem clareza de raciocínio e capacidade de expressão não significava que as questões seriam difíceis. Ao contrário, a solução do problema muitas vezes estava na própria formulação, só que para encontrá-la seria preciso pensar. “Não queríamos saber se o candidato se lembrava da fórmula, e sim se era capaz de aplicá-la corretamente”, conta Jocimar, que hoje atua na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Tanto é, que em muitas questões a fórmula já era fornecida junto com a prova. Aos poucos, consolidou-se a certeza de que a mudança traria um salto qualitativo para todas as partes.

**Caráter nacional** – Impulsionado pela repercussão positiva, Paulo Renato decidiu expandir a área de abrangência do vestibular já em 1988. Naquele ano, o número de municípios credenciados para inscrições saltou de 9 para 19, incluindo as capitais Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. E, no ano seguinte, mais quatro cidades: Campo Grande, Juiz de Fora, Uberlândia e Londrina. O lema era: “buscar os melhores alunos onde estiverem”. Ampliou-se, ainda, o caráter nacional do vestibular com a realização das provas pela primeira vez em Brasília, Curitiba e Rio de Janeiro. Atualmente, as provas são realizadas simultaneamente em 25 municípios, sendo 9 capitais. Desde o vestibular 2004, as inscrições passaram a ser feitas via Internet.

Outro indicador de sucesso é a crescente demanda pelo vestibular Unicamp. Já no primeiro ano, o número de candidatos saltou de 13.260 para 29.988, chegando a 50.549 em 2004. No último exame foram registrados 49.606. Ao longo destes vinte anos, exatos 742.347 candidatos se inscreveram no processo seletivo da universidade. O número de vagas oferecidas a cada ano também aumentou. De 1.380 em 1986 foi para 2.954 em 2006.

“Conseguimos quebrar o mito de que o vestibular da Unicamp é difícil”, explica o professor Paulo Barbosa, que substituiu Jocimar a partir de 1996, permanecendo na direção da Comvest até 1998. “Para isso, realizamos uma grande campanha de esclarecimento, percorrendo feiras



*Jocimar Archangelo, que coordenou o primeiro vestibular com questões dissertativas: “Ninguém dormiu direito naquela madrugada”.*



*Marco Antonio Scarparo: trazendo a experiência na USP para a Unicamp*



*Paulo Barbosa: “Quebramos o mito de que o vestibular da Unicamp era difícil”*



*Maria Bernadete Abaurre: “Sucesso está na metodologia para correção”*

de vestibular e promovemos encontros com professores do ensino médio em todo o país”, conta. O trabalho deu resultado. Entre os inscritos no vestibular 2006, 29% vieram da Região Metropolitana de São Paulo, 25% da Região Metropolitana de Campinas, 40% de outras regiões do estado de São Paulo e 6% de outros estados.

A mudança de paradigma inclui, ainda, um outro fator que, embora pouco divulgado, foi fundamental para a consolidação do novo modelo. “O sucesso de um vestibular discursivo está na metodologia para correção”, afirma a professora Maria Bernadete Abaurre, que dirigiu a Comvest de 1998 a 2002. Segundo ela, nesse plano, há dois aspectos a considerar: a escolha das questões e a clareza da banca quanto às expectativas de respostas. “Os corretores têm de conhecer não apenas as respostas esperadas, mas também aquelas que se aproximam da resposta esperada e que vão merecer pon-

to”, explica. E conclui: “Não é mais na base do tudo ou nada”.

**Inclusão social** – Recentemente, a Comvest escreveu um dos capítulos mais marcantes da história do vestibular Unicamp, ao desenvolver o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS). Instituído em 2004, após aprovação no Conselho Universitário da Unicamp, o PAAIS é um programa de ação afirmativa sem cotas, que visa estimular o ingresso de estudantes da rede pública na Unicamp ao mesmo tempo que estimula a diversidade étnica e cultural. O aspecto mais importante do PAAIS é a adição de pontos à na nota final dos candidatos no vestibular.

O programa prevê que estudantes que tenham cursado todo o ensino médio na rede pública brasileira recebam automaticamente 30 pontos a mais na nota final da segunda fase. Candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas que tenham cur-

sado o ensino médio em escolas públicas também podem ter, além dos 30 pontos adicionais, mais dez pontos acrescidos à nota final. Desde a sua implantação no Vestibular 2005, o número de estudantes de escolas públicas aumentou em 39 dos 56 cursos da Unicamp. Em alguns cursos, a quantidade de alunos egressos de escolas estaduais mais do que dobrou em 2006. É o caso de Midialogia (um dos mais concorridos da Unicamp, com 39 candidatos por vaga). Em 2005, 10% dos matriculados em Midialogia eram estudantes vindos de escolas públicas, já em 2006, eles representaram 33% dos matriculados. Além de Midialogia, a participação de matriculados vindos de escolas públicas, em comparação com a média dos estudantes ingressantes nos Vestibulares de 2004 e 2005, dobrou em mais 6 cursos: História, Medicina (Famerp), Letras (Licenciatura), Música (Licenciatura), Medicina (Unicamp) e Ciências Sociais (Integral).